

# REFORMA E CRISE POLÍTICA NO BRASIL

## REFORM AND POLITICAL CRISIS IN BRAZIL

Hugo Feitosa Gonçalves<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0001-6323-1648>



Essa publicação é uma coletânea de artigos do professor de Ciências Políticas da Unicamp, Armando Boito Jr., tendo contribuição de alguns companheiros da Escola de Campinas, datados entre 2007, primeiro ano do segundo Governo Lula, até 2017, já no Governo Temer; partindo de uma perspectiva poulantiziana, ou (neo)marxista, tomando como principais categorias: “fração de classe” e “bloco no poder”; trata sobre: i) a organização do poder político no Brasil, os conflitos endógenos da burguesia, a dinâmica das relações das frações burguesas que compõem o bloco no poder do Estado brasileiro entre os governos Cardoso, Lula, Dilma e Temer; ii) a política “neodesenvolvimentista” dos governos Lula e Dilma; iii) a crise política do “neodesenvolvimentismo”; e iv) os elementos do processo de *impeachment* do segundo Governo Dilma.

Toma como principal objetivo de análise o conflito de classe entre a “grande burguesia interna” e a fração da burguesia brasileira “compradora”, “associada” ao capital internacional durante os governos do PT. Para se alcançar tal objetivo, toma como elementos de discussão: o “programa neodesenvolvimentista”, os setores e suas contradições que formaram da “frente neodesenvolvimentista” sua política externa; o “neopopulismo” dos governos do PT; a relação desses governos com os setores da classe trabalhadora; a “nova matriz econômica” do Governo Dilma; a reação do “campo neoliberal ortodoxo”, e a atuação dos seus setores no processo de crise política e *impeachment* do segundo Governo Dilma.

Inicialmente, trata de diferenciar “conflito de classe” e “luta de classes”, conceituando o primeiro como disputa pela redistribuição do produto social sem ameaça ao modo de produção dominante, enquanto o segundo seria o processo de disputa de classes pelo poder condicionante da produção social. O estudo defende que os governos do PT não puseram em questão a ordem social capitalista, mas que o que esteve no centro da disputa política foram os conflitos de classes e as frações de classe por uma maior fração da renda social.

Assim, esclarece que o “neodesenvolvimentismo” dos governos do PT é um modelo desenvolvimentista da economia brasileira nos limites do neoliberalismo periférico, que se diferencia do período de meados do século XX em alguns fatores: um crescimento econômico limitado devido aos gastos do Estado estarem voltados para atender,

---

<sup>1</sup> Doutorando na linha “Estado, Governo e Sociedade” pelo PPGCS-UFRN. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR-UEPB e graduado em Ciências Econômicas pela UFCG. E-mail: hugofg@live.com.

principalmente, a acumulação financeira, com juros elevados sobre os recursos financeiros do Estado, a partir do sistema da dívida pública, e também sobre os recursos das empresas e trabalhadores; e uma especialização regressiva, voltada para a dinâmica da produção de baixo valor agregado dos setores exportadores, aproveitando o período de aquecimento da economia mundial e o aumento dos preços das *commodities*. Também mostra que os governos Lula não puseram uma ruptura à política neoliberal dos Governos Cardoso, mantendo o tripé macroeconômico, o qual inclui a busca pelo superávit primário para cumprir com os compromissos com o capital financeiro, credor da dívida pública brasileira. Ademais, buscaram formas alternativas para privilegiar os setores da grande burguesia interna, que gradualmente ascende à hegemonia do bloco no poder do Estado brasileiro durante os governos do PT, principalmente, a partir do segundo Governo Lula.

O autor toma os conceitos de: “grande burguesia interna”, em que o termo “grande” seria a fração de maior poder econômico e político; e de “burguesia interna”, que representa aquela que ocupa uma posição “intermediária” entre a “burguesia nacional” e a “burguesia compradora” (ou “associada”), não tem interesse em promover um desenvolvimento nacionalista, tem interesses conflitantes com o capital financeiro e produtivo internacional, porém depende desse capital em relação ao seu desenvolvimento tecnológico e financeiro, uma fração heterogênea de interesses, por vezes, contraditórios, formada por industriais, agropecuários, bancos, construção civil e serviços; e “burguesia associada”, que representa a extensão interna dos interesses do capital financeiro e produtivo internacional. O autor não considera o conceito de “burguesia nacional”, pois não percebe a existência de uma fração burguesa organizada interessada em um desenvolvimento econômico nacional, nem autônoma, nem disposta a desafiar os interesses do capital internacional.

A burguesia associada, formada principalmente por filiais de grandes bancos e financeiras internacionais, junto ao capital financeiro e produtivo internacional, que forma a fração dirigente do campo neoliberal ortodoxo – composto ainda pela “alta classe média” alocada nos setores público e privado, e segmentos do agronegócio –, absolutamente hegemônica no bloco no poder nos governos Cardoso, representada no Parlamento brasileiro, principalmente, pelo PSDB, é a fração mais forte economicamente. Assim, para ascender como força política, a grande burguesia interna, foi condicionada a formar uma frente heterogênea e contraditória com setores da classe trabalhadora, formando a “frente neodesenvolvimentista” comandada pelo setor industrial, base de sustentação dos governos do PT.

O programa neodesenvolvimentista dos governos do PT, tendo como fator fundamental a adaptação dos interesses da grande burguesia interna sem reverter a política de abertura comercial, de juros altos e de superávit primário, herdada dos governos Cardoso, foi centrado em: estimular a produção interna, principalmente as grandes empresas dos setores da indústria e da agropecuária a partir da criação de linhas específicas de créditos especiais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da participação dessa instituição na formação do capital dessas grandes empresas; mudar

a política de compras das grandes empresas estatais, como a Petrobras, em função de demandar a produção de empresas constituídas majoritariamente por capital nacional; estimular o arquivamento de propostas de abertura de mercado para os países imperialistas, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e o avanço da política “Sul-Sul”, como o fortalecimento do Mercosul, expandindo o mercado para as grandes empresas de capital brasileiro; aumentar o investimento em infraestrutura, estimulando o setor de construção pesada; além de, proporcionado pelo crescimento econômico, promover a política de aumento real do salário mínimo, com transferência de renda, construção de moradia popular, contribuindo com o setor de construção civil etc. Rejeitando a tese de André Singer de que os governos do PT seriam uma variação “bonapartista” – defendendo que esses governos desenvolveram o fetiche do Estado protetor, com caráter progressista, e não de Estado de ordem, de caráter conservador, como foi o governo de Luís Bonaparte na França, em meados do século XIX –, o autor ainda caracteriza esses governos, generalizadamente chamados de “Lulismo”, como “neopopulista”, a partir da concepção marxista de “populismo”, como um governo que aspira a uma relativa distribuição de renda, mantendo a classe trabalhadora desorganizada e/ou sob tutela das instituições do Estado.

Entre as semelhanças dos governos do PT e o populismo varguista, considerando as especificidades de cada conjuntura, estão: a mudança da fração hegemônica no bloco no poder do Estado brasileiro, passando a grande burguesia interna, liderada pelo setor industrial, a ocupar o lugar antes ocupado pela burguesia associada, ou compradora, ao capital internacional; e setores da classe trabalhadora como classe de apoio. O que diferencia basicamente o populismo de Vargas do neopopulismo Lulista seriam as bases de sustentação: enquanto os governos Vargas foram apoiados pela jovem fração operária da classe trabalhadora em processo de organização, os governos Lula e Dilma estavam apoiados na “massa marginal” não organizada, mantendo essa aliança com base no programa de transferência de renda.

O autor ainda destaca a relação dos governos do PT com três setores da classe trabalhadora: sindicatos; a “massa marginal” não organizada; e os trabalhadores rurais, subdividindo esses entre organizados (com posse de terras) e os desorganizados (sem posse de terras). Em relação aos sindicatos, ele destaca a mudança de pauta, de uma luta defensiva de manutenção do poder de compras e de direitos nos anos de 1990, para uma posição ofensiva, de melhoria das condições de trabalho e do salário real nos governos Lula e Dilma. Em relação aos grandes sindicatos, seus dirigentes ganharam espaços, ainda que secundários, nesses governos, o que freou as lutas pelas reformas estruturais, provocando rupturas internas e deserções nos sindicatos.

A massa marginal, constituída pelos trabalhadores que não possuem vínculo empregatício – ambulantes, desempregados, temporários etc. –, foram contemplados por políticas de governo como o “Bolsa Família”, o “Minha Casa Minha Vida”, o “Luz Para Todos”; porém, esses governos trataram de manter esse setor desarticulado, como base eleitoral, sem organização política autônoma. Já os trabalhadores rurais não conseguiram colocar em questão a pauta de reforma agrária, o que iria de encontro aos interesses do

setor agrário exportador – componente da frente neodesenvolvimentista. Porém, os movimentos organizados conseguiram auxílios e crédito para a agricultura familiar, enquanto os trabalhadores sem posse de terras ficaram desassistidos por esses governos.

A “nova matriz econômica” do primeiro Governo Dilma – redução da Selic, do *spread* bancário, desvalorização do câmbio, isenções fiscal para o capital produtivo – desencadeia uma reação das frações do campo neoliberal ortodoxo, liderado pelo capital financeiro, a partir de agências internacionais, imprensa, alta classe média e partidos burgueses de oposição, fundamentados nas bandeiras contra a inflação, a corrupção, e aos movimentos feminista e LGBT, correlacionados ao PT; provoca também uma primeira deserção da frente neodesenvolvimentista do setor bancário da grande burguesia interna.

O avanço da burguesia associada, junto à alta classe média, em busca da retomada da hegemonia política por essa fração burguesa e da manutenção dos privilégios dessa alta classe média, é percebido no ano de 2013, quando as jornadas de junho, inicialmente promovidas por jovens da “baixa classe média” – que tiveram acesso à universidade nos governos do PT, porém, a política de incentivo aos setores exportadores de baixa demanda de mão de obra qualificada não conseguiu absorver esse contingente – fazem reivindicações contra o aumento das passagens de ônibus direcionadas a estados e municípios. Essas lutas foram redirecionadas pelo campo neoliberal ortodoxo para um discurso anti-corrupção voltado para o Poder Executivo Federal sob forte cobertura da mídia.

Com a desaceleração do crescimento econômico a partir de 2013, o autor aponta que, enquanto o PSDB avança no congresso, a burocracia do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Judiciário, setores mais bem remunerados do serviço público, que compõem a alta classe média – setor descontente com as políticas de aumento real do salário mínimo, de cotas nas universidades e de serviços públicos, de concessão de direitos do trabalho doméstico, o que ameaçava a manutenção dos seus privilégios –, fundamentados nas investigações da Polícia Federal, seletivamente, promoveram uma cruzada contra as principais instituições públicas e privadas centrais da política neodesenvolvimentista, como a Petrobras, o BNDES, grandes empresas privadas, o Itamaraty e o Governo Dilma. Esses fatores acarretaram a crise política que culminou no *impeachment* em 2016.

O segundo Governo Dilma, já começa fragilizado: há uma fraca dinâmica econômica, com o avanço do campo neoliberal ortodoxo, indo a burguesia internacional contra a políticas das empresas estatais; e a alta classe média ocupa as ruas e avança nas estruturas do Estado, simbolizado na Operação Lava-jato, perdendo a presidência da Câmara de Deputados. Com isso, tenta sinalizar para o campo neoliberal, traindo compromissos de campanha, buscando promover um reajuste fiscal. Ademais, vai perdendo os setores da grande burguesia interna, atraídos pelos discursos das reformas de desestruturação dos direitos dos trabalhadores; enquanto dirigentes sindicais, com receio de sanções de um eventual novo governo, ficaram passivos. Ainda mais, os grandes sindicatos ligados ao PT não tiveram os seus chamados às ruas atendidos pelos grandes setores sindicalizados, restando a defesa do Governo nas ruas às iniciativas de estudantes e do MST, os quais não

tiveram forças para fazer frente aos movimentos contra o Governo Dilma. Sem as ruas e sem o parlamento, esse governo tenta se manter a partir dos trâmites jurídicos, sem êxito.

Com o avanço do neoliberalismo do Governo Temer, com o ajuste fiscal, o encarecimento do crédito e a abertura comercial, a Fiesp (instituição-chave dos governos do PT e do processo de *impeachment*) passou a ser crítica do novo governo, porém, sem passar para a oposição. Ao mesmo tempo, a precoce retirada dos direitos dos trabalhadores, como a reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência, fez com que os sindicatos, mesmo sem força, passassem a se mobilizar. O autor mostra ainda que, em 2017, Lula voltava a se articular a partir das bases dos trabalhadores da massa marginal do Nordeste, com a caravana “Lula pelo Brasil”, sendo apontado como favorito nas pesquisas para a presidência do Brasil nas eleições de 2018, porém, ele já estava em processo de perseguição pelos atores do judiciário.

Por fim, o autor defende a tese da existência de uma burguesia interna no Brasil, e que houve a sua gradual mudança de posição para o campo oposicionista no processo que culmina no golpe de 2016, quando, diferentemente do processo do Mensalão de 2005, ainda estava na memória dessa fração burguesa a política dos governos Cardoso. Assim, os governos do PT não seriam, apenas por essa mudança de posição da grande burguesia interna em meados dos anos 2010, governos que colocaram a classe trabalhadora no centro político.

## REFERÊNCIA

BOITO Jr., A. **Reforma e Crise Política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018.